RETIFICAÇÃO**Processo SEI nº 6025.2020/0003746-1**

I - Diante da informação SEI 027033789 sobre o cancelamento do evento que motivou o presente processo de afastamento, torno SEM EFEITO o despacho autorizatório SEI 026471985.

SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI DESPACHOS: LISTA 594**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA**

ENDERECO: AVENIDA SÃO JOÃO, 473

Departamento do Patrimônio Histórico**6025.2020/0002080-1 - (Reforma em Bem Tombado e****Área Evoltória)****Despacho Documental****Interessado: FUNDAÇÃO ANGLIO BRASILEIRA DE EDUCACAO E CULTURA DE S PAULO**

DESPACHO: Com base no disposto nos artigos 18 e 21 da Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, e conforme manifestação técnica da Supervisão de Salvaguarda, informamos que as intervenções, no lote situado à Rua Juquiá, 166 (SQL 015.068.0013-0), estão dispensadas de anuência do DPH/CONPRES, por efeito de aplicação do Artigo 7º da Resolução 07/CONPRES/2004, sendo que as diretrizes de preservação serão analisadas diretamente no processo de licenciamento junto à Subprefeitura de Pinheiros ou SEL, conforme competência.

Salientamos no entanto que deverá ser atendida toda a Legislação Edilícia incidente, bem como serem consultados os órgãos de Preservação Estadual e Federal, quando couber.

I. Publique-se, a seguir tome-se as providências necessárias visando informar o interessado e posterior arquivamento.

Departamento do Patrimônio Histórico**7810.2019/0000839-7 - (Comunicações Administrativas: Ofício)****Despacho Deferido****Interessado: SP-URBANISMO**

DESPACHO: Com base no disposto nos artigos 18 e 21 da Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, endossamos o parecer técnico favorável emitido pela Supervisão de Salvaguarda, e AUTORIZAMOS o pedido de Anteprojeto para Requalificação Urbana da área dos Calçadões do Centro Velho de São Paulo, conforme projeto apresentado (SEI 020925217, 020925380, 020927198), cuja proposta conceitual foi aprovada junto à primeira etapa do projeto pelo CONPRES, na 659ª Reunião Ordinária de 11 de dezembro de 2017, que forneceu diretrizes atendidas no projeto ora apresentado.

Salientamos que deverá ser atendida toda a Legislação Edilícia incidente, bem como serem consultados os órgãos de Preservação Estadual e Federal, quando pertinente.

I. Publique-se, a seguir tome-se as providências necessárias para retorno ao órgão solicitante.

COORDENADORIA DE CIDADANIA CULTURAL**EXTRATO DE TERMO DE ADITAMENTO**

Publicado por Omissão

9º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 061/2010/SPMP/GAB – Processo SEI nº: 6025.2017/0000062-7 (antigo nº 2010-0.193.710-0)

Partes: **PMSM/SMC** e **FRANCISCO DE ASSIS MAGOS**, inscrito no CPF sob o nº 662.577.358-15, aditam o Termo de Contrato em epígrafe, cujo objeto é a locação não residencial do imóvel situado à Rua Irineu Bonardi, nº 169 – Contribuinte 112.352.0008-5, onde está instalada a Casa de Cultura Municipal de São Miguel Paulista – Antonio Marcos, vinculada ao Núcleo de Casas de Cultura da Supervisão de Equipamentos de Difusão Cultural – CEQUIP da Secretaria Municipal de Cultura, **para fazer constar:** a prorrogação pelo período de 12 (doze) meses a partir de 16 de dezembro de 2019 até 15 de dezembro de 2020, pelo valor total anual de R\$ 129.185,17 (cento e vinte e nove mil, cento e oitenta e cinco reais e vinte e dezessete centavos), bem como o valor R\$ 14.219,43 (quatorze mil duzentos e dezenove reais e quarenta e três centavos) para reembolso de IPTU e do seguro, onerando a dotação orçamentária nº 25.10.1.3.392.3001.6.960.3.3.90.36.000.

Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato.

Data da assinatura: 11 de Novembro de 2019.

CENTRO CULTURAL DA CIDADE DE SÃO PAULO**CESSÃO DE OBRA DE ARTE****Processo SEI nº 6025.2020/0003231-1**

I – À vista dos elementos constantes do presente, em especial a manifestação do Núcleo Memória do CCSP (doc 026239820) e da manifestação do gestor local, (doc 026239839), com fundamento no Decreto Municipal nº 59.160/2019, de acordo com os itens 28.1.6, 28.1.6.1, 28.1.6.1.1, **AUTORIZO** a cessão onerosa da obra pertencente ao acervo da Coleção Memória/Supervisão de Acervos, do Centro Cultural São Paulo, ao **SESC 24 DE MAIO**, inscrito no CNPJ sob nº 03.667.884/004703, legalmente representado por Paulo Sergio Casale (CPF 181.474.988-88), para integrar a exposição “**Infinito Vão**”, a ser realizada, no período de 09 de abril a 28 de junho de 2020, sendo o período do empréstimo de 04 de abril a 04 de julho de 2020, com o recolhimento de preço público, ficando convindicados todos os atos de cessão da obra em questão praticados pelos setores responsáveis do Centro Cultural São Paulo até esta data.

EDUCAÇÃO**GABINETE DO SECRETÁRIO****INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14, DE 02 DE ABRIL DE 2020****6016.2020/0029542-9**

ESTABELECE AÇÕES, CRITÉRIOS E REGRAS DO ATENDIMENTO ALTERNATIVO PARA O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AOS ESTUDANTES DA REDE DIRETA E DA REDE PARCEIRA A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DECLARADA POR MEIO DO DECRETO Nº 59.283/2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO:

- o Art. 227 da Constituição Federal, que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

- a Lei Municipal nº 16.710/2017, que dispõe sobre princípios e diretrizes para a elaboração e implementação das políticas públicas pela primeira infância no Município de São Paulo e sobre o Plano Municipal pela Primeira Infância;

- o Decreto nº 59.283/2020, republicado em 19/03/2020, que declara situação de emergência no Município de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus.

- a Instrução Normativa SME nº 12/2020, que estabelece critérios para o atendimento às crianças matriculadas nas Unidades de Educação Infantil da Rede Direta e da Rede Parceira cujos pais ou responsáveis atuam nas áreas da saúde, segurança, assistência social e serviço funerário durante a situação de emergência declarada por meio do Decreto nº 59.283/2020

- o Guia Alimentar para a População Brasileira (Ministério da Saúde, 2014), Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 anos (Ministério da Saúde, 2019).

RESOLVE:

Art. 1º Garantir no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) do Município de São Paulo, a transferência de recurso financeiro direcionado ao atendimento da alimentação dos bebês, crianças e estudantes regularmente matriculados nas Unidades Educacionais da Rede Direta e Parceira, cadastrados no Programa Bolsa Família, durante a situação de emergência declarada pelo Decreto municipal nº 59.283/2020, para enfrentar a pandemia do Coronavírus - COVID – 19.

§ 1º A transferência de recursos financeiros terá a periodicidade mensal e dar-se-á por meio de cartão magnético;

Art. 2º Os recursos serão repassados, mensalmente, de acordo com a Etapa do Ensino em que o estudante estiver matriculado e conforme segue:

a) da educação infantil de 0(zero) a 4(quatro) anos: R\$101,00 (cento e um reais);
b) da educação infantil de 5(cinco) a 6(seis) anos: R\$ 63,00 (sessenta e três reais);
c) do ensino fundamental e médio: R\$55,00 (cinquenta e cinco reais);

Art. 3º O cartão magnético destinado ao recebimento dos recursos conterá as seguintes informações:

a) nome do responsável;
b) número sequencial de controle individual.

Parágrafo único. O cartão magnético terá proteção por senha individual e capacidade de recarga, com a possibilidade de acumulação de saldo.

Art. 4º O cartão magnético será entregue ao responsável pelo aluno, bloqueado ao uso imediato.

§ 1º O desbloqueio dos cartões será realizado pelo beneficiário por sistema eletrônico ou central de atendimento, após procedimento de confirmação e validação de dados pessoais;

§ 2º O cartão com defeito será substituído em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da comunicação do fato.

§3º Os cartões não entregues, em razão de inconsistências cadastrais no endereço ou da não localização do beneficiário ou responsável legal, serão enviados para as Unidades Educacionais que se encarregará da distribuição.

Art. 5º Caberá a Secretaria Municipal de Educação:

I – Assegurar a entrega dos cartões, inclusive quando se tratar da segunda via para os casos comprovados de perda, roubo, clonagem ou extravio.

Art. 6º Caberá à empresa responsável:

I - Manter atualizado o cadastro da rede de estabelecimentos credenciados destinados à aquisição de gêneros alimentícios pelos beneficiários;

II - Dispor de meio eletrônico e/ou telefônico destinado à consulta de saldo disponível no cartão magnético, bem como, para o esclarecimento de dúvidas relacionadas à utilização do benefício e acesso a rede credenciada.

Art. 7º Caberá às Diretorias Regionais de Educação:

I – Retificar ou ratificar os dados coletados do Sistema Informatizado - EOL das escolas de sua região;

II – Manter atualizados os dados do Sistema EOL.

Art. 8º Caberá às Unidades Educacionais da Rede Direta e Parceira efetuar o registro dos estudantes e zelar pela fidelidade dos dados, além de, manter atualizado os endereços dos estudantes com vistas ao recebimento do benefício.

Art. 9º Caberá ao responsável pelo estudante:

I - Adquirir os gêneros alimentícios nos estabelecimentos da rede credenciada;

II – Zelar para que os alimentos sejam ofertados aos estudantes.

III – Efetuar o bloqueio do cartão magnético em caso de perda, roubo, clonagem ou extravio por meio da Central de Atendimento 24 horas.

IV – Informar de imediato a Unidade Educacional onde o estudante estiver matriculado na hipótese de alteração de endereço.

Art. 10º Os recursos financeiros ora disponibilizados destinam-se exclusivamente para a aquisição de gêneros alimentícios, ficando vedado:

a) A compra de bebidas alcoólicas, cigarros ou outros congêneres;

b) O saque dos valores creditados no cartão.

Art. 11. As Unidades Educacionais definidas como Polo de Atendimento previsto na Instrução Normativa SME nº 12 serão abastecidas com gêneros alimentícios diretamente pela Coordenadoria de Alimentação Escolar - CODAE.

Art. 12. Não haverá a interrupção do fornecimento e abastecimento de gêneros alimentícios ao Centro de Educação e Cultura Indígena – CECEI, e será realizado pela Coordenadoria de Alimentação Escolar – CODAE.

Art. 13. As despesas com a execução deste programa correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 14. Os casos excepcionais serão resolvidos em conjunto pela SME/ CODAE e a Diretoria Regional de Educação.

Art. 15. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

TORNANDO SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO NO DOC DE 05/03/2020 - PÁG. 16 – REIFICADO NO DOC DE 12/03/2020 - PÁG. 12.

COMUNICADO Nº 226, DE 04 DE MARÇO DE 2020 - 6016.2020/0017114-2 – Abertura de inscrições dos Centros Educacionais Unificados - CEUs da Rede Municipal de Ensino - RME, e de Instituições interessadas em participar do Programa Recreio nas Férias - Edição de Julho de 2020.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME ASSUNTO: NORMAS PARA CONSTRUÇÃO, ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS/EXPERIMENTAIS DE UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

COMISSÃO TEMPORÁRIA – PORTARIA CME 01/2020 - CONSELHEIRAS RELATORAS: SUELI APARECIDA DE PAULA MONDINI (PRESIDENTE), KAREN MARTINS DE ANDRADE E LUCIMEIRE CABRAL DE SANTANA.

Recomendação CME nº 03/2020 - Aprovada em Sessão Plenária de 26/03/2020.

O tema Projetos Especiais e Experimentais tem sido objeto de estudos e discussões neste Conselho, considerando que uma das competências deste Colegiado, conforme normas vigentes, é apreciar e deliberar sobre cursos especiais e experimentais a serem desenvolvidos em Unidades do Sistema Municipal de Ensino – artigo 3º da Deliberação CME 01/2002 que trata de delegação de competências do Conselho Municipal de Educação (CME) para a Secretaria Municipal de Educação (SME).

A formalização de propostas inovadoras e diversificadas de modelos de organização escolar pode incentivar as unidades de projetos pedagógicos especiais/experimentais considerando, em especial, o território em que se encontram e, sempre com vistas à aprendizagem e ao desenvolvimento integral dos bebês, crianças, jovens e adultos.

O CME pode colaborar ainda mais com este processo, incentivando a realização de encontros e discussões que possibilitem o compartilhamento das visões, experiências, desafios e resultados alcançados pelas Unidades Educacionais (UE) que

desenvolvem projetos especiais/experimentais com as demais Unidades da Rede Municipal de Ensino. Tais oportunidades de encontro e construção coletiva de conhecimento devem garantir espaços qualificados de troca e aprendizagem, especialmente entre Unidades que estão no mesmo território ou que atendem públicos com características socioculturais semelhantes. Tais encontros e discussões, devidamente registrados e sistematizados, devem, de um lado, incentivar as Unidades a criar novas possibilidades para seus projetos pedagógicos e, de outro, oferecer à Secretaria Municipal de Educação subsídios para a tomada de decisão em relação aos processos de regulação da Rede Municipal de Ensino, superando as possíveis dificuldades e fortalecendo a autonomia das Unidades.

A Secretaria Municipal de Educação pode potencializar, assim, um espaço de experimentação, pesquisa e elaboração coletiva de políticas educacionais com vistas a melhores condições de aprendizagem e desenvolvimento dos bebês, crianças, jovens e adultos, e de melhores condições de trabalho para os educadores.

Entende-se que já está garantida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9394/96, a autonomia de cada unidade educacional para a sua organização e construção da proposta pedagógica, conforme o contido nos seus artigos 3º, 12 e 23.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

... II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Claro está que, desde que no interesse das aprendizagens e desenvolvimento dos alunos e respeitando as regras do sistema, conforme artigo 24 da LDB, a unidade tem autonomia para a construção e desenvolvimento do seu projeto pedagógico, que deve ser sempre especial para cada unidade.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental;

III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;

IV - poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares.

Registra-se, ainda, que a LDB também garante em seu artigo 81, a organização de cursos ou instituições de ensino experimental:

Art. 81. É permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas às disposições desta Lei.

Vale destacar as possibilidades oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação a todas as Unidades da Rede Municipal de Ensino para que elaborem seu Projeto Político-Pedagógico respeitando diretrizes gerais do sistema, porém com propostas específicas a fim de que o referido projeto reflita as ideias, anseios e necessidades do coletivo de cada escola.

Em relação à estrutura do trabalho docente, a Lei 14.660/07, que consolida o Estatuto dos Profissionais da Educação Municipal de São Paulo traz a garantia de:

a. horário coletivo de trabalho docente;

b. projetos especiais de ação, para organizar os momentos de estudos e elaborações coletivas no interior de cada Unidade Educacional;

c. possibilidade de jornada de hora-aula excedente e de jornada de trabalho excedente para desenvolvimento de projetos;

d. existência do Conselho de Escola como colegiado deliberativo.

A Secretaria Municipal de Educação traz caminhos possíveis para cada Unidade Educacional ousar na sua organização e gestão pedagógica, por meio de suas Instruções Normativas publicadas anualmente:

a. Possibilidade de solicitar autorização de horário de funcionamento diferenciado, tendo em vista às necessidades da comunidade e o PPP da Unidade;

b. Possibilidade de adesão aos Programas e Projetos existentes;

Considerando, ainda, as Diretrizes estabelecidas para a Rede Municipal de Ensino:

a. Currículo da Cidade-Ensino Fundamental:

- Currículo como processo e não como produto;

- destaca que a construção do Projeto Político-Pedagógico deve envolver a participação dos profissionais, dos estudantes e seus responsáveis e o currículo deve estar em consonância com a identidade e as peculiaridades da escola, com as expectativas e as necessidades dos bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos, e ter como propósito o fortalecimento da Unidade, para que esta possa enfrentar os seus desafios cotidianos de maneira reflexiva, consciente, sistematizada, orgânica e participativa.

b. Currículo da Cidade-Educação Infantil

- o trabalho pedagógico de cada professora/professor se efetiva no conhecimento sobre o contexto onde está situado e na participação ativa na elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP);

- o PPP traduz a marca identitária de cada Unidade. Ele encerra um ato político que deve ser construído de forma coletiva e colaborativa, envolvendo tomada de consciência da realidade educacional e de decisão em favor das mudanças que se façam necessárias. Como instrumento de planejamento, deve ser acompanhado nas reuniões pedagógicas/horários coletivos, sendo objeto de avaliação, podendo alimentar/favorecer a reflexão do conjunto da Rede.

Isto posto, seguem as orientações pertinentes às diferentes instâncias do Sistema Municipal de Ensino:

I - A Unidade Educacional com proposta de projeto a ser enviado a este Conselho deve estar atenta às possibilidades encontradas por escolas com projetos especiais/ experimentais desta Rede Municipal de Ensino, que trazem:

1. Valorização das experiências, interesses e participação dos bebês, crianças, jovens e adultos nos processos de decisão, de construção do projeto pedagógico e definição das metodologias e implementação e materialização do currículo;

2. Relação direta entre os problemas cotidianos encontrados e as ações elaboradas;

3. Elaboração de propostas com toda a comunidade educativa;

4. Projetos avaliados constantemente, promovendo reelaborações sucessivas;

5. Fortalecimento da relação escola-comunidade;

6. Uso das tecnologias para promover o diálogo e as interações entre estudantes;

7. Estabelecimento de parcerias com instituições do território e com Instituições de Ensino Superior;

8. Gestão escolar participativa, com fortalecimento dos colegiados já existentes e criação de comissões/GT para acompanhamento das diferentes ações do projeto.

II - O Projeto apresentado pela Unidade deve conter:

1. Identificação e caracterização da Unidade Educacional, com dados da criação e autorização;

2. Características da comunidade escolar atendida e perfil dos estudantes e educadores;

3. Caráter especial do projeto a ser autorizado pelo Conselho;

4. Princípios norteadores e objetivos do projeto;

5. Estágio em que o projeto se encontra – se não embrião, histórico da implementação;

6. Cursos abrangidos e suas etapas/ciclos/módulos/anos atendidos;

7. Organização Curricular do Curso em que conste síntese da estrutura do projeto, especificando proposta metodológica, vivências e experiências que conferem caráter experimental/especial e parcerias previstas e implementadas;

8. Critérios e procedimentos para:

a. avaliação e sistematização do acompanhamento das aprendizagens e desenvolvimento dos bebês, crianças, jovens e adultos;

b. quando se tratar de Ensino Fundamental e/ou Médio:

b.1 procedimentos para recuperação paralela e contínua dos estudantes, sempre de acordo com as premissas do projeto pedagógico da Unidade e normas vigentes;

b.2 procedimentos para compensação de ausências.

b.3 procedimentos para o acompanhamento de egressos, com dados de seguimento após conclusão do Ensino Fundamental e Médio;

b.4 sistematização dos dados de aprendizagem – série histórica dos últimos 3 anos das avaliações externas e internas, quando se tratar de Unidade de Ensino Fundamental e/ou Médio;

9. Segmentos da comunidade educacional envolvidos no acompanhamento e avaliação do projeto;

10. Procedimentos para os segmentos envolvidos fazerem o acompanhamento e avaliação do projeto;

11. Explicitação do plano de formação para todos os profissionais da educação em exercício na Unidade;

12. Síntese dos principais avanços e desafios diagnosticados pela Unidade para efetivar a implantação/implementação do projeto, especificando-os e em que níveis e instâncias ocorrem;

13. Outras informações e considerações referentes à eficácia, pertinência e relevância do projeto;

14. Ata do Conselho de Escola em que conste a avaliação e aprovação do projeto a ser encaminhada a este Colegiado;

15. Manifestações da Diretoria Regional de Educação: Supervisão Escolar e Divisão Pedagógica (DIPED), contendo a análise descritiva do projeto e parecer conclusivo sobre sua pertinência;

16. Manifestações da Secretaria Municipal de Educação: Coordenadoria Pedagógica (COPEd) e Coordenadoria de Organização e Gestão Educacional (COGED).

III - O CME analisa o Projeto, embasando-se na legislação vigente e, tendo como parâmetros:

1. atendimento às Diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e regras gerais para a Rede Municipal de Ensino;

2. fundamentos para a proposta do Projeto Especial constam no Regimento Educacional da Unidade;

3. evidências de construção coletiva do projeto;

4. especificidades da proposta na intenção de melhores condições de aprendizagem e desenvolvimento para os bebês, crianças, jovens e adultos e de trabalho para os educadores;

5. potencialidade do projeto para reflexão e ousadia de outras unidades educacionais, por ocasião da elaboração de seus Projetos;

6. reais necessidades para execução, no que se refere à organização diferente do modelo adotado nas demais unidades da Rede.

IV – Manifestação do CME

O CME, após a devida análise, pode manifestar-se pelo deferimento do pedido e autorizar/aprovar o Projeto Especial/ Experimental ou pelo indeferimento do pedido, ou ainda, se necessário, baixar em diligência para colher mais informações ou atualizá-las, com vistas a subsidiar a decisão do Colegiado.

Em caso de aprovação/autorização do Projeto Especial/ Experimental, no Parecer CME deve constar ainda:

1. Recomendações para a Unidade Educacional (UE)

a. providência de alteração do Regimento Educacional, quando necessária;

b. definição de períodos para o acompanhamento e avaliação do projeto aprovado;

c. elaboração do Relatório de Atividades Bianaual, conforme Comunicado CME 01/17;

d. providências para manifestações sobre o desenvolvimento do projeto e sobre o Relatório de Atividades:

d.1. do Conselho de Escola;

d.2. da DRE: Supervisão Escolar que acompanha o projeto e da DIPED;

d.3. da Secretaria Municipal de Educação: COPED e COGED.

2. Recomendações para a Diretoria Regional de Educação (DRE)

a. providências, quando necessárias, de aprovação da Alteração Regimental em que conste a proposta analisada e aprovada pelo Conselho Municipal de Educação;

b. socialização do projeto experimental/especial aprovado;

c. acompanhamento do desenvolvimento do projeto e da elaboração do Relatório de Atividades a ser encaminhado ao CME, por parte da Supervisão Escolar e da DIPED;